



FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DANIELA ALVES DE LIMA

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA: JOGOS E BRINCADEIRAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

INHUMAS-GO

2020

DANIELA ALVES DE LIMA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA: JOGOS E BRINCADEIRAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Professor orientador: Esp. Ezequiel Pereira Lima.

**INHUMAS – GO
2020**

DANIELA ALVES DE LIMA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA: JOGOS E BRINCADEIRAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA ALUNA

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Inhumas, ____ de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Professor Esp. Ezequiel Pereira Lima
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Marcelo Galdino de Melo – FacMais
Membro Convidado - FacMais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BIBLIOTECA FACMAIS

L732c

LIMA, Daniela Alves de.

As contribuições da educação física: Jogos e brincadeiras na educação infantil/ Daniela Alves de Lima. – Inhumas: FacMais, 2020.

61 f.: il.

Orientador: Ezequiel Pereira Lima.

Monografia (Graduação em Licenciatura em Educação Física) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Educação Física; 2. Educação Infantil; 3. Aprendizagem. I. Título.

CDU: 796

A Deus, aos meus filhos Maria Júlyya Alves e Luiz Phelipe Alves, aos meus pais e minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me abençoado e protegido todos os meus caminhos.

Agradeço a minha avó Maria Candido Laurindo (In Memória), por me dá conselhos e acreditar que eu seria capaz de me forma em um curso superior, mesmo ela que nunca pisou em uma Faculdade era uma mulher muito sábia, e ela me deu forças quando eu acreditava que eu não iria conseguir. Hoje ela não está mais presente, mas sei que onde ela estiver está muito feliz em me ver finalizando o meu curso.

Minha eterna gratidão ao meu pai Edmar Francisco Alves, por ter me ajudado a realizar meu sonho de me formar em um curso superior.

Agradeço a minha mãe Marlene de Lima, por cuidar dos meus filhos para que eu pudesse estar indo para a Faculdade, perdido noites de sono esperando chegar em casa e também a me acompanhar nas madrugadas estudando.

Ao meu irmão Danilo Alves de Lima, sempre ajudando minha mãe a cuidar dos meus filhos.

Ao meu tio Lindomar Francisco Alves, sempre esteve ao meu lado desde o início, cuidando, apoiando e torcendo para o meu sucesso.

Aos amores da minha vida, meus filhos Maria Júlyya Alves e Luís Phelipe Alves, mesmo tão pequenos e necessitando tanto da minha presença, sempre entenderam a minha ausência, e sempre compreensíveis nos dias de avaliações e trabalhos acadêmicos.

Um agradecimento em especial ao quadro de professores e coordenadores do curso de Educação Física, que durante esses quatro anos fizeram a diferença na minha vida, e foi a minha segunda família, são pessoas que ficaram guardados para sempre em meu coração.

*“A infância é o tempo de maior
criatividade na vida de um ser humano”.*

Jean Piaget

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ART	Artigo.
BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CEB	Conselho de Educação Básica.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
CF	Constituição Federal.
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.

RESUMO

Trata-se de um trabalho de pesquisa de natureza teórico-bibliográfica, com uma metodologia descritivo-qualitativa a partir da utilização de vários conceitos construídos em análises científicas que serão balizados em reflexões acerca do fazer pedagógico em sala de aula. Por conta disso, este trabalho buscou uma ampla contextualização do desenvolvimento histórico da educação, bem como um panorama das principais leis que regem e organizam o sistema educacional. Posteriormente, há um esforço em associar como jogo, brinquedo e brincadeira podem ser associados com práticas pedagógicas em sala de aula. Além disso, também buscou-se demonstrar como a educação física tem muito a oferecer em termos de ensino à educação infantil. No arcabouço das análises, ficam implícitos o ideário de educando enquanto sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. E, também, não se pode esquecer que a educação física é entendida como ambiente privilegiado ao ensino por conta dos aspectos lúdicos inerentes à área do conhecimento. Assim, o local de percepção das práticas lúdicas na educação física são elementos essenciais à aprendizagem e desenvolvimento pleno das crianças nos mais diversos aspectos.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Infantil; Aprendizagem.

ABSTRACT

This paper is a theoretical-bibliographic research work, with a descriptive-qualitative methodology based on the use of several concepts built in scientific analyzes that will be guided by reflections on the pedagogical practice in the classroom. Because of this, this work sought a broad contextualization of the historical development of national education, as well as an overview of the main laws that govern and organize the national educational system. Subsequently, there is an effort to associate how play, toy and play can be associated with classroom teaching practices. In addition, we also sought to demonstrate how physical education has a lot to offer in terms of teaching early childhood education. In the framework of the analysis, the idea of educating as an active subject in the teaching / learning process is implicit. And, also, it cannot be forgotten that physical education is understood as a privileged teaching environment due to the playful aspects inherent to the subject itself. Thus, recreational practices in physical education are essential elements for the motivation of children to develop fully in the most diverse aspects.

Keywords: Child. PE. Teaching. Development. Learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA: RELAÇÕES POSSÍVEIS	13
1.1. CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13
1.2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	16
1.3. PANORAMA DAS PRINCIPAIS LEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	20
2. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	29
2.1. EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CRIANÇA	29
2.2. DEFINIÇÃO DE JOGOS, BRINQUEDO E BRINCADEIRA	31
2.3. DEFINIÇÃO DE LÚDICO NA EDUCAÇÃO	34
2.3.1. Importância do Lúdico na Educação Física	35
2.4. JOGO, BRINQUEDO E BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CRIANÇA	38
3. AS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÃO	42
3.1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	42
3.2. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

Primeiramente, é oportuno salientar que o interesse pela temática proposta neste trabalho de pesquisa surgiu durante o curso educação física na FacMais em Inhumas. Tal situação de pesquisa se originou a partir das discussões que ocorreram nas disciplinas ministradas pelo professor.

Desse modo, entende-se que esta pesquisa é um trabalho de pesquisa bibliográfico, tendo em vista a opção por se analisar os documentos legais, teóricos e artigos científicos que tivessem confluência com a temática abordada em questão.

Por conta dessas escolhas, tem-se uma pesquisa qualitativa de cunho teórico, tendo em vista a preocupação de analisar, interpretar, exemplificar, ilustrações e conceitos científicos voltados para a análise da problemática proposta nesta pesquisa.

Assim, buscou-se estabelecer as várias e múltiplas relações que a educação física tem com a educação infantil; no sentido de se explicitar as questões de interdependência em termos de práticas de ensino. Por isso, precisou-se definir o que um conceito mais funcional do que seria a educação infantil.

Sendo assim, buscou-se uma contextualização histórica da pesquisa a partir de um panorama da história da educação infantil no Brasil, em conjunto com a análise das principais leis que regem e organizam em termos legais a educação infantil no país.

Num segundo momento, analisou-se a importância da educação física e as principais contribuições que a mesma tem a oferecer para a educação infantil. Logo, em função dessa visão, tornou-se necessário explicar as definições de jogo, brinquedo e brincadeira.

Dessa maneira, o lúdico precisou ser definido para ser discutido em termos de importância dentro do processo de ensino/aprendizagem, porque sua importância dentro das práticas de ensino preconizadas pela educação física estaria associada aos conceitos de jogos e brincadeiras.

Além disso, ao longo desta pesquisa acadêmica, torna-se necessário esclarecer que, a todo momento, foi levado em consideração que o principal

sujeito do processo de educação é o aluno. Ou seja, ele é o centro de todo processo educacional.

Por conta disso, acredita-se que não se pode pensar num sujeito passivo, quieto, calmo, em silêncio, sem se movimentar, absolutamente concentrado nas atividades em sala de aula. Esta visão de educando está completamente fora da realidade factual das escolas.

Desse modo, num terceiro momento, o percurso investigativo levou este trabalho de pesquisa às trilhas de se discutir sobre a importância da educação física na educação infantil. Sendo assim, entende-se a educação física como ambiente naturalmente propício para se desenvolver atividades lúdicas.

Logicamente, essa questão da ludicidade é entendida a partir de uma perspectiva mais funcional e estrutural, por dois motivos: funcional, porque o lúdico é próprio da criança em termos de desenvolvimento integral e estrutural, porque inúmeros processos mentais estão intimamente associados com as memórias das brincadeiras.

Além disso, posteriormente analisou-se a importância dos jogos e brincadeiras na educação infantil, dando ênfase nos processos didáticos que estão subjacentes às ações e práticas de ensino que envolvem jogos e brincadeiras na educação infantil.

Dentro dessa perspectiva, os jogos e brincadeiras foram analisados enquanto recursos pedagógicos de grande importância para o ensino dos conteúdos para as crianças. Ou seja, tanto os jogos quanto as brincadeiras estão a serviço de questões educacionais mais importantes.

Por fim, ressalta-se a importância da educação física, dos jogos, do brinquedo e da ludicidade nas atividades que podem ser desenvolvidas com as crianças.

1. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA: RELAÇÕES POSSÍVEIS

O objetivo deste capítulo é apresentar as relações entre Educação Infantil e Educação Física. E, por conta disso, está dividido em três partes. Na primeira parte, serão analisados os conceitos acerca da educação infantil. Na segunda, um panorama funcional de parte da história da educação no Brasil. Na terceira, as leis que versam sobre a educação infantil.

1.1. CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeiramente, em termos legais vigentes; as instituições educacionais que prestam o atendimento às crianças de 0 a 6 anos devem promover o desenvolvimento biopsicossocial, diversidade social e cultural das crianças. Promover diversas habilidades integradas, ampliar seus conhecimentos, estimular o desejo por atividades diárias e incentivar a integração na sociedade, fazendo com que cada criança obtenha os valores de solidariedade, autonomia, cooperação e respeito. O que, por sua vez, tem a ver com as ideias defendidas por Maluf (2011).

Aliás, o que pode ser corroborado com as palavras de Teixeira:

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento absoluto das crianças até cinco anos de idade e é nessa etapa que as crianças descobrem novos valores, sentimentos, costumes, ocorrendo também o desenvolvimento da autonomia, da identidade e a interação com outras pessoas (TEIXERA, 2014, p. 77).

Pode-se perceber que, diante do exposto, a educação infantil preza pelo desenvolvimento global das crianças até os cinco anos de idade. Nesse sentido, elas são levadas a descobrirem novos valores, costumes, sentimentos, trazendo também o desenvolvimento de sua autonomia e convívio social.

Na verdade, a proteção desse desenvolvimento escolar inicial; encontra-se protegido pela lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, que em seu artigo 29 traz:

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o Art.29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade.

Desse modo, pode-se perceber que a lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996 determina que a educação infantil tenha como objetivo desenvolvimento completo das crianças de 0 a 5 anos; no sentido de oferecer os mais diversos e variados estímulos desenvolvimentistas.

E é nesse sentido que Muniz defende uma educação calcada em valores culturais; de forma contextualizada e processual:

A educação infantil é enfocada de uma perspectiva sociocultural no amplo contexto da educação, considerando-a como a primeira etapa do processo de aprendizagem e de constituição do ser humano como sujeito social (MALUF, 2014, p. 243).

Assim, a educação infantil estaria focada na inserção da criança na sociedade, promovendo a construção de um ser social. Ou seja, a educação carrega em si valores sociais e culturais de forma inequívoca.

Dentro dessa perspectiva, pode-se assinalar a educação infantil como a história da criança, coligadas com a independência e conhecimento crítico, proporcionando o desenvolvimento no contexto social, confiando à criança papéis como sujeito ativo, participativo e integrado. Desse modo, valoriza-se a criança e considera sua opinião, proporcionando dinâmicas para desenvolver o raciocínio lógico, psicomotricidade, promover a afetividade e convívio social. Situações essas que estão bem caracterizadas pelo ideário de Mansur (2014).

Assim, Bujes (2012) concorda com uma educação infantil que tenha como conceito e objetivo o cuidado com as crianças e suas mudanças sócio cognitivas. Nesta primeira fase da educação básica, as crianças têm como necessidade receber afetividade e atenção. É também nesta fase da educação infantil que acontecem as primeiras experiências com o mundo e o meio social. É na educação infantil que a criança recebe cuidados com a higiene e alimentação. Por isso, há uma preocupação em proporcionar ambientes alegres, seguros, acolhedores, promovendo dinâmicas para que a criança comece a cumprir e obedecer às regras. Em função disso, é nesta fase da educação que acontecem a primeira alfabetização com letras e numeralização.

Vislumbrando uma preocupação com questões mínimas de aprendizagem, tem-se uma definição para educação infantil segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais que foi trazida por Andrade:

Educação infantil é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (ANDRADE, 2010, p. 12).

E as preocupações garantistas com a educação infantil não ficam restritas apenas a LDB, porque as Diretrizes Curriculares Nacionais asseguram que todas as instituições de ensino da educação infantil precisam fazer o atendimento das crianças de 0 a 5 anos em horários diurnos, ou em período integral ou parcial e que sejam elaborados e fiscalizados por órgãos capacitados para o procedimento de ensino. O que está bem caracterizado pelas palavras de Malta:

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica para o desenvolvimento educacional de uma criança, é através das relações pessoais que elas desenvolvem a sua capacidade de compreender e a interagir no ambiente em que fazem parte. A criança pequena precisa de alguém que auxilie no processo de aprendizagem, no caso os professores e as demais crianças, para que consigam percorrer o caminho do desenvolvimento de forma ampla, interagindo com o meio que a cerca (MALTA, 2012, p. 01).

Nesse sentido, observa-se que os entendimentos desses dois últimos autores apontam para uma Educação Infantil como base para o desenvolvimento da criança na educação. Isto é, espaço em que a criança começa a vivenciar os primeiros laços de relações sociais e se desenvolver. A criança tem a necessidade de ter um profissional mediador para o ensino e aprendizagem, oferecendo mecanismos para que consiga interagir com o mundo e conviver com as outras crianças.

Segundo Oliveira (2014), é na Educação Infantil que acontecem as primeiras relações entre as crianças e o meio cultural, pois esta começa a conviver com as outras crianças e professores, ampliando e fazendo parte de diferentes classes sociais, religiões, raça, princípios e condutas diversificadas. A Educação infantil tem o papel de desenvolver na criança a base moral, civilidade e a agradabilidade com os colegas, contribuindo para a construção crítica e comunicativa da criança. É na Educação Infantil que se começa a construir a independência, a responsabilidade e o respeito à diversidade. Ou seja, características de cada criança respaldada em termos de legislação vigente.

1.2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

No século XIX, segundo as ideias de Oliveira (2011), praticamente não existia nenhuma instituição de ensino para a educação infantil no Brasil. Na zona rural, local que concentrava a maior parte da população do país, os donos das propriedades eram os responsáveis por promover os cuidados com as crianças que perdiam seus pais ou eram filhas de mulheres negras ou índias que foram abusadas sexualmente pelos donos das fazendas. Em contrapartida, nas cidades os filhos de moças solteiras, que eram de famílias ricas, eram entregues nas rodas de exposição já presentes em poucas cidades desde o século XVIII.

Segundo a mesma visão de Oliveira (2011), outro teórico, Andrade acrescenta que:

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o Estado começou a ter uma presença mais direta na questão da infância, atuando, inicialmente, como agente fiscalizador e regulador dos serviços prestados pelas entidades filantrópicas e assistenciais (ANDRADE, 2010, p. 132).

No final do século XIX e início do século XX, o Estado começa a dar mais atenção para a infância e a controlar os atendimentos oferecidos pelas entidades. O que é bem explicado por Nascimento:

Sobre a forte influência de uma educação afrobeliana foram criados os primeiros jardins de infância privados, no Rio de Janeiro em 1875 no Colégio Meneses Vieira e, em São Paulo na Escola Americana em 1877. Já no setor público, em 1896 em anexo à Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo, passou a funcionar o jardim de infância, que mesmo sendo uma iniciativa pública atendia os filhos da elite paulistana (NASCIMENTO, 2015, p. 17).

Assim, segundo os referenciais teóricos supracitados, os primeiros jardins de infância foram criados em 1875 no Rio de Janeiro, em São Paulo em 1877 no setor privado, enquanto um jardim de infância público foi criado anos depois 1896 em São Paulo, incorporado a Escola Normal Caetano de Campos. Os primeiros jardins de infância criados no Brasil tiveram fortes influências froebeliana; como bem caracterizam as palavras de Oliveira:

Particulares fundaram em 1899 o instituto de proteção e Assistência à infância, que precedeu a criação, em 1919, do Departamento da Criança, iniciativa governamental decorrente de uma preocupação com a saúde pública que acabou por suscitar a ideia de assistência científica à infância [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 94).

Nesse sentido, diante do exposto, percebe-se que as instituições de atendimento infantil foram criadas tendo como objetivo promover o atendimento e o cuidado com a saúde das crianças que, por consequência, procedeu também aos cuidados com a saúde pública.

No ano de 1899, de acordo com Andrade (2010), foi criada a primeira creche, no Rio de Janeiro, próximo à fábrica de fiação e tecidos Corcovado. Fruto de movimentos dos operários e, também, foi criado em uma vila operária da Companhia Nacional de Tecidos e Fitas a primeira creche no Estado de São Paulo em 1918.

Reafirmando o ideário de Andrade (2010), Oliveira (2011) considera que foi na cidade do Rio de Janeiro 1922 que aconteceu o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, com o tema educação moral, higiênica e aprimoramento de raça. Logicamente, com ênfase no papel da mulher como cuidadora neste tema; aconteceu o surgimento das primeiras regulamentações dos atendimentos prestados às crianças pequenas em escolas maternais e jardins de infância.

No ano de 1923, acontece a primeira regulamentação sobre o trabalho feminino, com prévia para a implantação de salas de amamentação e creches próximas ao local de trabalho, e que quaisquer comércios ou indústrias fossem facilitadoras para a amamentação durante o expediente de trabalho. Ou seja, pensou-se nas crianças a partir de uma perspectiva mais humanizadora.

O que pode muito bem ser percebido nas palavras de Andrade:

Em 1925 foi promulgado um decreto no estado de São Paulo regulamentando as escolas maternais, e em 1935 foram instituídos os parques infantis nos bairros operários, sob a direção de Mário de Andrade. Os parques infantis atendiam crianças de diferentes idades em horários contrários ao da escola para atividades recreativas (ANDRADE, 2010, p. 137).

Desse modo, para a autora os parques foram criados em bairros operários que faziam o atendimento a crianças de idades variadas e tinham como objetivo proporcionar dinâmicas divertidas. Ou seja, o elemento lúdico começava a se fortalecer enquanto mecanismo de ensino/aprendizagem.

Ainda para a mesma autora, Andrade (2010), foi em 1930 que aconteceram dois fatores importantes para a educação infantil: primeiro, foi o surgimento das políticas públicas que obrigaram o poder público a dar cada vez

mais atenção para a regulamentação do atendimento à infância. Outro fato importante foi a criação do Ministério da Educação e Saúde. Nesses termos, oficializou-se a responsabilidade com o atendimento infantil. Dessa forma, o que impulsionou que as instituições mantivessem objetivos variados no atendimento infantil de crianças de 0 a 6 anos de idade, com finalidades assistenciais, educativas e pedagógicas.

Ampliando os conceitos de Andrade (2010), foi durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), de acordo com Oliveira (2011), que foram regulamentados os direitos políticos dos trabalhadores por meio da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. A mesma trouxe prescrições para o atendimento dos filhos dos trabalhadores e facilitava a amamentação durante o expediente de trabalho. Nesta época, também tiveram início as ações governamentais de assistência e previdência. A educação das crianças era voltada para a higiene, amparo e puericultura.

Em contrapartida Torres (2011), discordando de Oliveira (2011), propõe que esse paradigma educacional vigente desse momento histórico ainda não conseguia conceber a criança enquanto elemento central do processo de ensino/aprendizagem. Por isso, desvia-se muito dos objetivos de desenvolver as capacidades cognitivas mais funcionais aos pequenos educandos.

Em termos legais, Oliveira (2011) aponta avanços na legislação sobre ensino para crianças e que, em 1961, acontece a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61); aprofundando a criação dos jardins de infância e inclusão no sistema de ensino. Assim decreta a lei em seus artigos 23 e 24 respectivamente:

Art. 23 – “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância”. Art. 24 – “As empresas que tenham a seus serviços mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”.

Por isso, dentro de aspectos mais legalistas, conforme a lei 4024/61 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, a educação infantil passaria a prestar atendimento às crianças abaixo de sete anos de idade. A lei também obriga as empresas, que tenham mães empregadas com filhos abaixo de sete

anos, conjuntamente com o poder público; ao dever de manter essas instituições.

No mesmo sentido, Silva (2014) entende que, em 1980 em São Paulo, o governo municipal iniciou a educação pré-escolar, com o nome Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), que fazia o atendimento de crianças de 4 a 6 anos, com o objetivo de educar, recrear e assistir. Uma espécie de preparação das crianças para iniciarem na primeira série. A instituição promovia a pré-alfabetização, supria as carências das crianças menos favorecidas socialmente e cuidava para diminuir os índices de reprovação na primeira série. Essa instituição ficou conhecida como prézinho.

Dentro dessa perspectiva, Andrade esclarece sobre os movimentos reivindicatórios que acabaram por pressionar os governos:

A organização popular pela reivindicação das creches é incorporada aos demais movimentos em defesa da criança e dos adolescentes, havendo, em 1988, o reconhecimento legal da instituição com direito da criança à educação, com a promulgação da Constituição brasileira. A questão da creche é legitimada como extensão do direito universal à educação das crianças de 0 a 6 anos, espaços de educação infantil, complementar à educação familiar (ANDRADE, 2010, p. 145).

Assim, segundo o que foi apresentado pela a autora, em 1988 aconteceu o reconhecimento da instituição que assegurava o direito da educação infantil com o decreto da Constituição Brasileira que promove as creches e instituições de educação infantil como as legítimas educadoras de crianças de 0 a 6 anos de idade. Isto é, por força de lei, houve uma institucionalização legalista sobre as estruturas escolares de atendimento às crianças. Logicamente, tudo sob muita pressão de entidades sociais e empresariais da época.

É desse modo que se deve interpretar o art. 208 da Constituição Brasileira que assegura o dever do Estado com a educação efetivada mediante a garantia expressa no artigo IV: Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (CF, 1988).

Para tanto, o art. 208 faz o regulamento que é dever do Estado oferecer a educação infantil gratuita para as crianças de 0 a 5 anos de idade. Isto é, em termos legais, a figura do Estado estaria comprometida e obrigada, por força de lei, a garantir uma escolaridade, ainda que mínima, às crianças.

Segundo uma visão mais legalista, Oliveira (2011) entende que, com a Constituição Federal de 1988, ajustou-se a obrigação de que 50% dos recursos fossem distribuídos a programas de alfabetização. Por isso, aconteceu um grande aumento de pré-escolas e uma relevante melhoria no nível de formação dos professores que atuavam nas instituições ; até já estavam incluídos no magistério.

Ainda dentro das melhorias e avanços da educação infantil no país, Azevedo (2013) entende que, a partir de 1980, algumas mudanças foram feitas em relação ao atendimento à criança pequena. A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Encontro Técnico sobre Política de Formação do Professor de Educação Infantil (1994), a LDB (1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), as Diretrizes Nacionais para Educação Infantil (1998) e os Referenciais para Formação de Professores (1999) constituem-se fatos que contribuíram para a consolidação do atendimento à criança de até seis anos e formação profissional do magistério que, com elas atua, merecessem mais atenção da legislação. Essas conquistas, em termos legais, inserem a criança de até seis anos no interior do sistema escolar, na educação básica, garantindo o direito da criança à educação e, conseqüentemente, impondo ao Estado a obrigatoriedade de oferecer instituições para essa faixa etária.

1.3. PANORAMA DAS PRINCIPAIS LEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

De início, a Constituição Federal (CF) de 1988 assegura em seu artigo 128 que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC n°14/96, EC n°53/2006 e EC n°59/2009).

I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua ofertados os que a ela não tiveram acesso a idade própria;

IV – Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (CF, 88)

Levando-se em conta a força normativa da Carta Magna, a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Por isso, a educação infantil se inicia de 0 a 5 anos de idade em creches e pré-escola, assegurando às crianças terem ensino de qualidade e acesso a todos níveis de ensino, com o direito de receberem material didático-escolar, alimentação, transporte e cuidados com saúde dos educandos. Aliás, como se pode perceber no artigo 211 da CF/88:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (lei nº14/96, EC nº53/2006, EC nº59/2009).

§ 2º Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (CF, 88)

Não se pode esquecer que é Constituição Federal que rege os direitos das crianças a terem educação gratuita e a obrigatoriedade delas, a partir dos 4 anos de idade, serem matriculadas na rede regular de ensino, o oferecimento ao acesso a todos níveis de ensino, materiais, transporte, alimentação e assistência à saúde. Os Estados, municípios e Distrito Federal precisam se articular e manter sistemas educacionais colaborativos. Também é obrigação dos municípios se responsabilizar com a educação infantil e ensino fundamental da primeira etapa; no caso do primeiro ao quinto ano respectivamente.

Outro diploma legal de força cogente é a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece a lei nº9.394 de dezembro de 1996 e na mesma está dito em seu artigo quatro e inciso quarto que:

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IV – Atendimento gratuito em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

A mesma lei de 1996 ainda determina que as crianças de 0 a 6 anos de idade tenham o direito de receber o atendimento gratuito de ensino em creches e pré-escola; como se pode observar em seu artigo 9: “A União incumbir-se-á de: IV – Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios competências e diretrizes para a educação infantil [...]”.

Os estados, municípios e Distrito Federal devem se unir para garantir um ensino de qualidade para as crianças. Assim, no art. 11, tem-se que aos municípios que incumbir-se-ão de:

V – Oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na verdade, o entendimento legal orienta no sentido de que as crianças da educação infantil sejam preparadas para o seu ingresso no ensino fundamental, recebendo recursos fundamentais para a sua atuação na escola e promovendo o desenvolvimento da educação.

Dentro dessa perspectiva, os artigos 17 e 18 da LDB trazem o seguinte:

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem, no parágrafo único, que as instituições de ensino na educação infantil no Distrito Federal devem ser responsabilidade de iniciativas privadas.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:
I – As instituições[...] de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
II – As instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Desse modo, tem-se uma estrutura legalista que conduzirá as formas como se organizaram os sistemas de ensino e a maneira como são ofertados à sociedade. Para tanto, as instituições de ensino criadas pelo poder público devem oferecer ensino gratuito, já as instituições que foram criadas por iniciativas privadas devem ser mantidas pelas mesmas. Assim, pressupõem-se uma visão mais mercadológica da educação em função da abertura desse mercado à iniciativa empresarial privada, segundo Soares (2009).

A LDB ainda em seu art. 21 pressupõe de forma expressa a maneira como o sistema educacional ficaria organizado em termos mais simples: “Art. 21 A educação escolar compõe-se de: II – A educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, que promove a preparação para o ingresso no ensino fundamental; como se pode observar no artigo 29 do referido diploma legal:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Tanto a educação infantil quanto a primeira fase da educação básica se articulam com o objetivo de promover o desenvolvimento total da criança e universalizar o atendimento educacional de crianças até aos seis anos de idade. Tendo em vista que a própria lei já determina a forma como será seu atendimento em termos de estruturação dos sistemas de ensino públicos e particulares em seu artigo 30 traz que:

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II – Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Enquanto as pré-escolas promovem o atendimento das crianças de 4 a 6 anos de idade, as creches e outras instituições semelhantes prestam o atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade. Assim, articula-se o sistema pré-escolar nacional.

Assim, vislumbrando preocupações governamentais básicas em estruturar e regular sistema minimamente democrático, segundo Andrade (2010), o governo no artigo 31 da LDB traz que:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I – Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II – Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentas) dias de trabalho educacional;
- III – Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV – Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V – Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996).

Em outros termos, o documento legal prevê que as avaliações na educação infantil têm como finalidade perceber os níveis de desenvolvimento do ensino da criança. Em outro inciso, fica definido que a carga horária anual para a educação infantil será de 800 horas, porém, divididas em 200 horas. Ou seja, as crianças devem ter no mínimo 60% de frequência exigida pela escola. As pré-escolas prestam o atendimento de 4 horas diárias para cada turno, é de 7 horas para períodos integrais.

Os órgãos reguladores da educação, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Resolução N° 2, de outubro de 2018, estabeleceram que:

Art. 2° A data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas, para matrícula inicial na Educação Infantil aos 4 (quatro) anos de idade, e no ensino fundamental aos 6 (seis) anos de idade, é aquela definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula (BRASIL, 2018).

Num plano territorial nacional, a lei estabelece a obrigatoriedade de que todas as crianças aos quatro anos de idade ou a completar até o dia 31 de março do ano que realizar a matrícula devem ser inseridas no ensino regular, e de até 6 anos incompletos ou completos devem ser matriculados numa escola.

E é justamente nesse sentido que se deve entender o que preconiza o artigo 3 da LDB:

Art. 3° A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social, conforme o disposto da Resolução CNE/CEB n°5/2009.

§ 1° É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Conforme se pode observar no texto legal, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, que é ofertada em pré-escolas e creches. Ambas as modalidades de ensino podem ser oferecidas em instituições públicas ou privadas. A lei preconiza a necessidade de promoção de cuidado e educação às crianças de 0 a 5 anos de idade. Aliás, as mesmas podem ser atendidas em períodos integrais ou parciais, contudo, todas as instituições devem ser supervisionadas por órgãos competentes ao sistema de ensino.

Corroborando com todo esse aparato legal de proteção à criança, tem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n°8.069, de 13 de julho de 1990; traz em seus artigos 53, neste caso considera-se apenas seus parágrafo único, e 54 que:

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Diante do que apresenta a lei nº8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente; fica estabelecido que os pais e/ou tutores das crianças têm o direito de participar da elaboração da construção do processo pedagógico de ensino. Os pais também têm a obrigatoriedade de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Isto é, a lei criou uma rede colaborativa em função do bem-estar das crianças, principalmente, direcionando e convergindo esforços em função da formação educacional.

Recentemente, foi aprovada e entrou em vigência a lei que regulamenta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2017, para a Educação Infantil e este diploma legal traz em sua introdução a seguinte concepção de criança, interações/ brincadeiras, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiência, intencionalidade educativa, acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento:

1.1- Concepção de criança:

As crianças são sujeitos ativos, que constroem seus saberes interagindo com as pessoas e culturas do seu tempo histórico. Nessas relações, elas exercem seu protagonismo e, assim, desenvolvem sua autonomia-fundamentos importantes para um trabalho pedagógico que respeita suas potências e singularidades. Nas interações com culturas e saberes, elas constroem suas identidades, suas preferências e seus modos de ver o mundo. A BNCC reafirma a concepção de crianças trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil: “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo a cultura”.

1.2- Interações e brincadeiras são os eixos de sustentação de toda a prática pedagógica:

- As interações com as pessoas (seus pares e com adultos) e objetos em diferentes contextos e situações, que favorecem a ampliação do repertório cultural das crianças, potencializando as aprendizagens e o desenvolvimento.
- As brincadeiras, pois é brincando que as crianças representam o mundo e simulam as relações existentes imitando, repetindo, transformando e ampliando suas experiências.

1.3- Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento:

A BNCC define de aprendizagem e desenvolvimento, essenciais para garantir o respeito ao modo como as crianças aprendem e se desenvolvem. São eles:

- Conviver
- Brincar

- Participar
- Explorar
- Expressar
- Conhecer-se.

1.4- Campos de experiências:

Tomando como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, a BNCC propõe uma organização curricular que leva em consideração a maneira como bebês, crianças bem pequenas aprendem e se desenvolvem a partir de experiências cotidianas. São cinco campos de experiências:

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala, pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Cada campo de experiência propõe objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos para três diferentes grupos etários: bebês (de 0 a 1 ano e seis meses), crianças bem pequenas (de 1 ano e sete meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses).

1.5- Intencionalidade educativa:

É trabalho do professor refletir, selecionar, organizar, planejar, medir e monitorar as práticas e interações que vão promover o aprendizado e desenvolvimento das crianças. Por isso, ao pensarem na organização dos tempos e espaços das creches e pré-escolas é fundamental que:

- Planejem atividades com significado, nas quais as crianças possam experimentar possibilidades e ser protagonistas da ação educativa;
- Aproveitem os momentos de cuidado (banho, troca de fralda, alimentação) para interagir com as crianças e possibilitar a participação, a expressão e o conhecimento de si mesmos.

A intencionalidade educativa deve estar presente em todos os momentos da jornada na Educação Infantil, que incluem:

- Acolhimento e despedida
- Rotinas e cuidados
- Atividades de livre escolha
- Experiências propostas pelos professores
- Momentos de grande grupo
- Momentos de pequeno grupo
- Momentos de área externa
- Momentos de conversa
- Hora da história
- Festividades e encontros com as famílias.

1.6- Acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento:

Avaliar é uma ação pertinentes aos fazeres pedagógicos, que incluem duas tarefas:

- Acompanhar o desenvolvimento das crianças
- Acompanhar o trabalho pedagógico realizado

A BNCC ressalta a importância de observar e registrar a trajetória de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança e do grupo enquanto participam das experiências propostas. Os registros podem incluir materiais produzidos pelos professores e pelas crianças (relatórios, desenhos, fotos e textos) e ajudam a mostrar às famílias a história das experiências vividas pelas crianças ao mesmo tempo em que permitem às crianças revisitar essas experiências.

Documentação pedagógica: relatórios de professores e textos e desenhos infantis, acrescidos ao registro dos planejamentos e de

projetos, são fundamentais para organizar o trabalho do professor, dar clareza à intencionalidade educativa, além de permitirem o acompanhamento do aprendizado e desenvolvimento das crianças.

Diante do exposto a partir da BNCC, percebe-se que a criança constrói seus próprios saberes dentro da cultura, na qual está inserida e desenvolvendo sua autonomia. Um importante fator para as práticas pedagógicas. A BNCC confirma a opinião da criança dirigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, que a criança é um ser histórico e coloca em prática os direitos das crianças.

Além disso, observa-se que o texto legal constrói um poderoso painel acerca dos direitos, das necessidades, das práticas pedagógicas, dos contextos sócio-culturais, dos objetivos educacionais. Ou seja, há um claro esforço de proteção a um desenvolvimento mais amplo e humanístico possível.

Trazendo uma concepção muito moderna que sintetiza de forma muito produtiva os principais avanços em termos de conhecimento científico, o documento associa estes saberes há necessidade do espaço escolar tornar-se palco das mais diferentes formas de interações entre as crianças, os professores e a comunidade. Ou seja, de maneira oficial; o documento reconhece o elemento lúdico como um dos eixos fundamentais do processo educativo.

E esse elemento de ludicidade acabou por se concretizar em práticas de vivências que o documento legal chamou de direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Ou seja, brincar para aprender agora é lei dentro das escolas. Além desses direitos, ao longo do referido diploma legal, fica claro a preocupação com os campos de experiência. Isto é, os conhecimentos escolarizados estão organizados em função do amadurecimento psicofísico da criança.

E o aparato legal não para por aí, trazendo um campo chamado de intencionalidade educativa, porque o trabalho do professor precisa ser bem direcionado em função das habilidades, conhecimentos e formas de inteligências que foram preconizadas pela lei. Ou seja, tudo que se faz dentro da escola requer; exige um prévio planejamento em função de habilidades a serem desenvolvidas nos educandos.

Por fim, a BNCC esclarece e determina aspectos que, obrigatoriamente, devem ser considerados ao longo de uma avaliação. O primeiro deles é que a

avaliação é algo processual que deve ser orientada e feita das mais diversas formas e maneiras possíveis. Nunca centralizando questões referentes a nota em um único e exclusivo aspecto avaliativo isolado e descontextualizado.

2. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O objetivo deste capítulo é apresentar a importância dos jogos e brincadeiras. Por conta disso, o mesmo está dividido em cinco partes. Na primeira parte será feita a análise da educação física e suas contribuições para a criança. Na segunda parte a definição de jogo, brinquedo e brincadeira. Na terceira parte, definição de lúdico na educação. Na quarta parte, a importância do lúdico na educação física. E, na quinta parte, jogo, brinquedo e brincadeira na educação física e suas contribuições para a criança.

2.1. EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CRIANÇA

Mesmo que não haja um referencial para a Educação Física na Educação Infantil, foi criado em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). O documento visa promover a melhoria para a qualidade e o cuidado na educação de crianças de 0 a 6 anos no que diz a respeito ao corpo e ao movimento, para tanto o RCNEI estabelece que:

- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Brincar, expressando emoções, sentimento, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar diferentes linguagens(corporal, musical, plástica, oral escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender a ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados enriquecidos cada vez mais sua capacidade expressiva (RCNEI, 1998, p. 63).

Conforme o RCNEI (1998), compreende-se que, mesmo havendo uma lei expressa sobre a educação física na educação infantil, a criança deve ter as práticas de expressões corporais e uso de diferentes linguagens incentivadas, respeitadas, cultivadas e elaboradas dentro do espaço escolar. Mesmo que a educação física não esteja presente na matriz curricular, sua importância para o desenvolvimento psicomotor e sócio-cognitivo da criança excede os limites dos muros físicos da escola.

Assim, dentro dessa perspectiva, é que Malta deixa claro seu entendimento sobre a educação física:

A educação física desenvolve através de situações esportivas e lúdicas não só aspecto motor, mas o respeito mútuo, a dignidade, a criatividade, a educação corporal, noções de higiene, prevenindo dificuldades de aprendizagem, além de trazer prazer, bem-estar físico e mental aos nossos educandos (MALTA, 2012, p. 12).

Desse modo, pelo prisma do lúdico a criança desenvolve sua criatividade, respeito, bem-estar físico, mental, noções de higiene, educação corporal, motricidade e na memória é que facilita a sua aprendizagem. A educação física não promove apenas atividades esportivas, mas também tem caráter recreativo utilizando o lúdico para tornar as aulas prazerosas e dinâmicas, proporcionando à criança um vasto campo de experiências e movimentos diversificados.

Concordando com Malta (2012), Souza (2013) entende que a pedagogia da Educação Física na Educação Infantil está focada no desenvolvimento da formação integral da criança, por meio dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Usando a própria natureza infantil; à criança lhe é promovido a expansão de seus conhecimentos, além de se socializar com outras crianças. Através dos jogos e brincadeiras lúdicas, as crianças podem desenvolver suas habilidades motoras, expressão corporal, afetivas, cognitivas, culturais, cooperativas. De um modo divertido e prazeroso, a criança aprende a ter respeito e a obedecer às normas e regras, estabelecendo vínculos de aprendizagem.

Visão esta que está bem caracterizada pelas palavras de Basei:

Compreendemos, então, que a Educação Física tem um papel fundamental na Educação Infantil, pela possibilidade de proporcionar às crianças uma diversidade de experiências através de situações nas quais elas possam criar, inventar, descobrir movimentos novos, reelaborar conceitos e ideias sobre o movimento e suas ações. Além disso, é um espaço para que, através de situações de experiências-com o corpo, com materiais e de interação social-as crianças descubram os próprios limites e enfrentam desafios, conheçam e valorizem o próprio corpo, relacionem-se com outras pessoas, percebam a origem do movimento, expressam sentimentos, utilizando a linguagem corporal, localizem-se no espaço, entre outras situações voltadas ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e afetivas, numa atuação consciente e crítica (BASEI, 2008, p. 02).

Assim, percebe-se que os aspectos positivos e benéficos da educação física na educação infantil são inegáveis. Portanto, a educação física se oferece de maneira muito oportuna e produtiva para promover o desenvolvimento psicomotor, trazendo várias melhorias para a qualidade de vida da criança.

Aprofundando um pouco mais os conceitos dos demais teóricos, Ayoub observa aspectos mais humanizadores e democráticos da educação física para crianças menores:

A educação física na educação infantil pode configurar-se como um espaço em que a criança brinque com linguagem corporal, com o corpo, com o movimento, alfabetizando-se nessa linguagem. Brincar com a linguagem corporal significa criar situações nas quais a criança entre em contato com diferentes manifestações da cultura corporal (entendida como as diferentes práticas corporais elaboradas pelos seres humanos ao longo da história, cujos significados foram sendo tecidos nos diversos contextos socioculturais), sobretudo aquelas relacionadas aos jogos e brincadeiras, às ginásticas, as danças e às atividades circenses, sempre tendo em vista a dimensão lúdica como elemento essencial para a ação educativa na infância (AYOUB, 2001, p. 01).

Finalmente, observa-se que a Educação Física na Educação Infantil devolve à criança a liberdade de brincar e expressar a linguagem corporal, com movimentos livres. A criança, através da Educação Física, constrói sua aprendizagem sobre a cultura do corpo que foram se desenvolvendo e aprimorando ao longo dos tempos. Permite a renovação e reinvenção dos conceitos escolares a partir da contribuição do lúdico, colocando a criança sob novas e poderosas vivências de jogos, brincadeiras, ginástica, acrobacias e dança.

2.2. DEFINIÇÃO DE JOGOS, BRINQUEDO E BRINCADEIRA

Segundo Kishimoto (2011), definir jogo não é uma tarefa fácil, porque jogo pode ser desde um jogo de xadrez, futebol, dominó, quebra cabeça, mamãe e filhinha ou apenas brincar na areia, entre outras infinidades de jogos existentes. Por isso, vários tipos e modalidades de jogos recebem a mesma definição, no entanto, tem particularidades diferentes uns dos outros.

E sobre essa problemática da nomenclatura e definições do que, de fato, seja um jogo, Kishimoto entende da seguinte maneira:

A dificuldade aumenta quando se percebe que um mesmo comportamento pode ser visto como jogo ou não jogo. Se para um observador externo a ação da criança indígena que se diverte atirando com arco e fecha em pequenos animais é uma brincadeira, para a comunidade indígena nada mais é que uma forma de preparo para a arte da caça necessária à subsistência da tribo. Assim, atirar com arco e flecha, para uns, é jogo, para outros, é preparo profissional. Uma

mesma conduta pode ser jogo ou não jogo em diferentes culturas, dependendo do significado a ela atribuído. Por tais razões fica difícil elaborar uma definição de jogo que engloba a multiplicidade de suas manifestações concretas. Todos os jogos possuem peculiaridades que os aproximam ou distanciam (KISHIMOTO, 2011, p. 17).

Para a autora, o jogo para cada cultura pode ter significados diferentes, os quais podem ser vistos como jogo ou não. Desse modo, em determinadas culturas algumas atividades podem ser consideradas como jogo e para outras é somente um treinamento. Como o exemplo que foi usado do arco e flecha, para a cultura indígena é usado como treinamento para a caça, não é visto como um jogo, e para determinadas culturas o arco e flecha é um jogo usado para o divertimento. Por essas razões, ficam claros dois aspectos essenciais aos jogos: seu caráter pedagógico e suas peculiaridades culturalmente definidas.

Reafirmando o ideário de Kishimoto (2011), Huizinga amplia o entendimento acerca dos jogos, quando afirma que:

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”. Assim definida, a noção parece capaz de abranger tudo aquilo a que chamamos “jogo” entre animais, as crianças e aos adultos: jogos de força e de destreza, jogos de sorte, de adivinhação, exibição de todo o gênero. Pareceu-nos que a categoria de jogo fosse suscetível de ser considerada um dos elementos espirituais básicos da vida (HUIZINGA, 2014, p. 34).

Assim, o jogo também pode ser compreendido como uma ocupação, a qual tem limites de tempo ou espaço e podem conter regras, ou serem livres das mesmas. O que promove em seus praticantes um misto de sentimentos, livrando-os das tensões do dia a dia. Ou seja, os jogos promovem uma espécie de bem-estar coletivo compartilhado por um grupo.

Para Bicalho (2013), as brincadeiras são específicas de cada cultura e de sua sociedade, porém, possuem um caráter universal, com características particulares que podem ser diferentes por influências do local, onde a criança vai brincar. A sociedade, na qual esta criança está inserida, sua cultura e carga específica de individualidade influenciam de maneira indelével os jogos e as brincadeiras. A brincadeira tem se um efeito positivo na inserção de cada criança na sociedade, pois a mesma promove a autonomia livre; pois não depende do

social. E, a partir da participação infantil, valores são aprendidos, sentimentos compartilhados, responsabilidade vivenciadas, conquistas alcançadas, negociações estabelecidas, obediências às regras oportunizadas, resolução de problemas vivenciados, enfim, os potenciais de desenvolvimentos são vivenciados a partir da experiência do próprio corpo.

Segundo a autora, Kishimoto (2011), a brincadeira é detalhada de um modo ordenado e com regras. Ou seja, a criança precisa de um brinquedo para realizar a brincadeira; seja ele real ou no pensamento da criança. Qualquer brinquedo pode ser lançado à mão em termos de uso; ainda que feito por adultos. Assim, a criança usa o lúdico para transformar qualquer material como, por exemplo, um simples cabo de vassoura quando a criança utiliza o lúdico vira um cavalo para realizar a brincadeira.

Tanto jogo quanto brincadeira contêm a ideia de laço, relação, vínculo, pondo indivíduos em relação consigo mesmos, com os outros, com o mundo, enfim. Ao supor a interação social, implica o outro e o seu reconhecimento, aspectos centrais do processo de subjetivação. Eis, aqui, uma pista para a compreensão do lugar que ocupa o brincar nas formas de subjetivação na contemporaneidade (FORTUNA, 2004, p. 02).

Diante do exposto, foi possível perceber que o jogo e a brincadeira são de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, tanto para sua inserção na sociedade, como para seu próprio desenvolvimento individual. Promovendo a relação social, ser um cidadão obediente às regras, criando vínculos afetivos com outras pessoas na sociedade, na qual este indivíduo está inserido.

Desse modo, retomando e aprofundando as ideias de Kishimoto (2011), Romera, Russo e Bueno aprofunda os conceitos de brinquedo e brincadeira assim:

Já o brinquedo supõe uma relação íntima com a criança e uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, não existe um sistema de regras que organize sua utilização. O brinquedo estimula a representação, a expressão de imagens que evocam aspectos da realidade, o brinquedo propõe, além do mais, um mundo imaginário da criança e do adulto, criador do objeto lúdico. O termo “brinquedo” não pode ser reduzido à pluralidade de sentidos do jogo, pois conota a criança e tem dimensão material, cultural e técnica, o brinquedo, sendo representado por um material, é sempre objeto suporte de uma brincadeira, exercendo a função de estimulante para fazer fluir o imaginário infantil. Nesse sentido, não tem o brinquedo a necessidade da industrialização, uma vez que, para a criatividade da criança, um

cabo de vassoura se transforma em cavalo, um carretel amarrado a uma linha pode tornar-se um carrinho, uma espiga de milho vira boneca, que aliás, é uma filhinha, é um bebê, e então já é gente. Por sua vez, a “brincadeira” representa a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica (ROMERA; RUSSO; BUENO, *et al.* 2007, p.139).

Nesse sentido, pode-se perceber que, pelo exposto nas autoras, o brinquedo é um suporte das crianças para desenvolverem suas brincadeiras, sua criatividade e imaginação. O brinquedo representa a realidade. O brinquedo não tem tempo estipulado para promover a brincadeira e nem dita regras. Para as crianças não é necessário que o brinquedo seja industrializado como, por exemplo, bonecas, carrinhos, bolas, entre outros. Para a criança qualquer objeto pode virar um brinquedo, por isso, uma garrafa pet pode virar uma bola, quando as crianças usam sua imaginação e criatividade, com a ajuda da construção do lúdico para desenvolver seus jogos e brincadeiras.

Por isso, Kishimoto propõe um mundo simbólico pelo brinquedo:

O brinquedo propõe um mundo imaginário da criança e do adulto criador do objeto lúdico. No caso da criança, o imaginário varia conforme a idade: para o pré-escolar de 3 anos, está carregado de animismo; de 5 a 6 anos, integra predominantemente elementos da realidade (KISHIMOTO, 2011, p.21).

Segundo as ideias da autora, o brinquedo se divide por etapas na vida das crianças, com 3 anos as crianças utilizam da fantasia entre os objetos, de 5 a 6 anos as crianças já começam a ligar o brinquedo a realidade, para assim promover as brincadeiras lúdicas.

2.3. DEFINIÇÃO DE LÚDICO NA EDUCAÇÃO

Segundo a ideia das autoras, Dallabona e Mendes (2004), o lúdico na educação tem por finalidade dar oportunidades para o professor promover atividades simbólicas com as crianças para que elas possam despertar o interesse para o ensino. Assim, contribui-se para facilitar a aprendizagem de uma maneira alegre, divertida e prazerosa. Os professores podem usar o lúdico como ferramenta na sua metodologia para facilitar a aprendizagem das crianças, trazendo inúmeros benefícios, como a relação social entre os alunos.

Dentro dessa perspectiva, Dallabona e Mendes entendem o uso do lúdico da seguinte forma:

O lúdico permite um desenvolvimento global e uma visão de mundo mais real. Por meio de descobertas e da criatividade, a criança pode expressar, analisar, criticar e transformar a realidade. Se bem aplicada e compreendida, a educação lúdica poderá contribuir para a melhoria do ensino, quer na qualificação ou formação crítica do educando, quer para redefinir valores e para melhorar o relacionamento das pessoas na sociedade (DALLABONA; MENDES, 2004, p. 107).

Diante do exposto, pode-se observar as contribuições da utilização do lúdico na educação, uma vez que proporciona para as crianças uma visão ampla. Contribui para o desenvolvimento crítico, com a liberdade de expressar seus sentimentos e criatividade, ajudando de forma positiva a promover um ensino de qualidade, além de promover a socialização.

O que, por sua vez, tem muito a ver com a origem etimológica da palavra lúdico que carrega em seu bojo uma carga de significação muito intensa, variada e intimamente relacionada com as crianças como afirma Torres:

O termo lúdico tem sua origem na palavra latina "ludus" que quer dizer: jogos infantis, recreação, competição, representações litúrgicas e teatrais, jogos de azar. Desde os primórdios dos tempos o ato de brincar está vinculado ao desenvolvimento social dos indivíduos, por proporcionar o desenvolvimento simbólico, estimular a imaginação, a capacidade de raciocínio e a autoestima (TORRES, 2011, p.12).

Por conta disso, pode-se perceber que, segundo as ideias da autora, o lúdico já faz parte da humanidade desde os tempos primordiais, fazendo parte da natureza humana através do ato de brincar, contribuindo significativamente para o desenvolvimento humano. O lúdico tem um papel fundamental na educação, pois possibilita ao professor trabalhar a imaginação, aumentar o desenvolvimento de raciocínio, promover a interação dos alunos nas aulas e ampliar a afetividade entre os alunos e professores.

2.3.1. Importância do Lúdico na Educação Física

O lúdico tem um papel de extrema importância nas aulas de Educação Física, porque contribui para o desenvolvimento infantil. Quando o professor trabalha as atividades de forma lúdica nas aulas de Educação Física, o processo de ensino e aprendizagem passa a ser visto pelas crianças como um meio de divertimento. O que facilita ainda mais seu desenvolvimento na aula e sua aprendizagem, além de promover vínculos de afetividade, socialização e

desenvolvimento cognitivo com outras crianças. Assim, Orício e Trigo (2012) apontam que, através das atividades lúdicas, o professor torna as aulas de Educação Física agradáveis e alegres, o que fortalece o desenvolvimento pleno, estimula que se obedeça às regras, respeito mútuo e cria laços de uma boa convivência no meio que esta criança é inserida. Há produtivas contribuições para a melhoria de suas habilidades físicas e motoras. Assim, desenvolvendo a formação global de cada indivíduo.

Desse modo, Salomão e Martini (2007) aprofundam o ideário de Orício e Trigo (2012) ao entenderem que a importância do lúdico assim:

Algumas das importância do lúdico no ensino aprendizagem: facilita a aprendizagem, ajuda no desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita o processo de socialização, comunicação, construção do conhecimento, propicia uma aprendizagem espontânea e natural, estimula a crítica e a criatividade, o lúdico passa a ser uma concepção diferenciada a respeito do termo educação, onde o educando desenvolve o interesse pelas atividades, relacionadas a crescimento intelectual e o desenvolvimento leva a construção da autonomia do ser humano. Toda atividade lúdica pode ser aplicada em diversas faixas etárias, mas pode sofrer interferência em seu procedimento de aplicação, na metodologia de organização e no ministrar de suas estratégias, de acordo com as necessidades específicas das faixas etárias (SALOMÃO; MARTINI, 2007, p.06).

Desse modo, percebe-se o quão é grande os benefícios das atividades lúdicas para as crianças e suas contribuições para o ensino e aprendizagem dos educandos, tornando as atividades mais prazerosas proporcionando o desenvolvimento físico, intelectual e cultural das crianças e promovendo uma boa socialização entre a sociedade. As atividades lúdicas podem ser desenvolvidas em todas as idades, criando metodologias específicas para cada faixa de idade.

Diante da ideia dos autores, Anjos (2013) aponta que os educadores devem proporcionar para os alunos um ensino e aprendizagem de qualidade, com a utilização do lúdico como meio para facilitar o processo de ensino e usando as brincadeiras e jogos nas aulas de Educação Física. O lúdico por meio das atividades recreativas têm um papel multidisciplinar, pois promove a ligação entre o real e o que o professor busca para a aprendizagem de seus alunos com o intuito inovador para a construção de características lúdicas de seus educandos. Através das atividades lúdicas nas aulas de Educação Física; os educadores proporcionam para os educandos o desenvolvimento e o

autoconhecimento corporal de si próprio, criam relações entre o promover, o conhecimento, o interpretar e o gostar das atividades.

Segundo a autora, Guimarães (2014), as atividades lúdicas fazem parte da vida da criança e do seu desenvolvimento contribuindo com as crianças para que elas consigam manusear a realidade e construir o seu conhecimento. O lúdico precisa ser trabalhado dentro das escolas com os alunos e com professor de Educação Física como mediador do conhecimento, proporcionando assim o resgate dos jogos e brincadeiras lúdicas que a cada dia vem perdendo o espaço para tecnologias. Processo tecnológico este que, na visão de Salomão e Martini (2007), vem tornando as crianças menos criativas e de pouca socialização com as outras e a comunidade que é inserida. As atividades lúdicas proporcionam para as crianças o desenvolvimento da criatividade e da socialização com seu meio social.

Sobre esse elo entre lúdico e interações sociais, Santana e Nascimento apontam que:

O brincar esteve presente em todas as épocas da humanidade, mantendo-se até os dias atuais, em cada época, conforme o contexto histórico vividos pelos povos e conforme o pensamento estabelecido para tal, sempre foi algo natural, vivido por todos e também utilizado como um instrumento com um carácter educativo para o desenvolvimento do indivíduo. Na história antiga há relatos de que o ato de brincar era desenvolvido por toda a família, até quando os pais ensinavam os ofícios para seus filhos. Destacamos que para cada época e sociedade a concepção sobre a educação sempre teve um entendimento diferenciado, logo, o uso do lúdico seguiu tal concepção. Os povos primitivos davam à educação física uma importância muito grande e davam total liberdade para as crianças aproveitarem o exercício dos jogos naturais, possibilitando assim que esses pudessem influenciar positivamente a educação de suas crianças (SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 20).

Diante do exposto, percebe-se que as brincadeiras percorrem a história da humanidade com efeitos lúdicos, mas com características de cada época. Porém, a ludicidade sempre foi vista como algo natural que faz parte da vida da criança. Desde a história antiga, o brincar já era usado como ferramenta para contribuir com a educação das crianças e promovendo o desenvolvimento dos mesmos. Na época primitiva, os primatas já tinham uma boa concepção sobre a importância da educação física e as crianças já brincavam com total autonomia para a prática dos jogos naturais, já com intervenção decisiva para a contribuição na educação infantil.

Sobre o papel do professor de educação física nesse cenário permeado pela ludicidade, Guimarães entende assim os papéis que um educador físico precisa assumir:

O professor de educação física nesse contexto pode ser o mediador e responsável por esse despertar de interesse nos alunos de diferentes formas. É nesse momento que o professor de educação física se torna responsável por motivar o lúdico nas aulas e na vida do aluno. Fazendo com que esse tema se torne interessante e diferente. Criando e atraindo o aluno para atividades e ao mesmo tempo mostrando aos mesmos que essas atividades possuem finalidades secundárias que poderão ser de suma importância para que eles desenvolvam algumas habilidades e construam um desenvolvimento saudável e natural. Atualmente, independente dessa barreira que o aluno impõe sobre a aprendizagem do lúdico, as escolas ainda acreditam que a melhor forma de utilizar um recurso didático dinâmico que garanta resultados eficazes na educação é através do lúdico, mesmo que isso possa exigir extremo planejamento e cuidado para que a execução seja bem realizada. Muitas instituições acreditam que é através do lúdico que o educador pode desenvolver atividades que sejam divertidas e que ensine os alunos a distinguir valores éticos e morais, formando cidadãos conscientes de seus deveres e de suas responsabilidades, e ao mesmo tempo propiciar atividades que sejam criativas (GUIMARÃES, 2014, p.16).

De acordo com o exposto pela autora, pode-se perceber que o professor de educação física é um mediador das atividades lúdicas, com o papel de despertar o interesse dos alunos para esse universo mágico, assim levando o lúdico para a vida dos mesmos. Assim, as aulas de educação física podem ficar mais interessantes e diferentes com a facilidade de promover a aprendizagem dos alunos de um modo natural e saudável. Para a aplicação do lúdico na educação, o professor precisa ter um bom planejamento para que essa metodologia seja satisfatória e ensine para seus alunos valores, construindo cidadãos conscientes.

2.4. JOGO, BRINQUEDO E BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CRIANÇA

Segundo a ideia da autora, Soares (2010), desde o início da educação já era perceptível o desenvolvimento da criança, com a utilização dos jogos e brincadeiras. Vários idealistas da época já narravam sobre a aplicação do conceito da atuação lúdica no desenvolvimento da composição infantil. Mas, o brinquedo e o jogo só foram utilizados como metodologia de ensino algum tempo

depois. A defensoria para a utilização de brincadeiras com ferramenta para o desenvolvimento mental das crianças marca datas antigas, visto que há relatos desde a antiguidade. Nesta época, os jogos eram utilizados para a melhoria do corpo, com propósito para a formação de militares e indivíduos obedientes. A educação física passou a ser utilizada nas escolas romanas e recebia o nome de “cultura física” que promovia a estética corporal e a espiritualidade. Desde então, os jogos não foram somente utilizados como ferramenta para a ampliação do corpo na sociedade, mas também usado para o desenvolvimento da construção educacional infantil e de adolescentes.

Sobre os fins pedagógicos dos jogos e suas possibilidades dentro das unidades educacionais, Soares entende que:

O jogo realizado como conteúdo da escola deve conter um projeto, que tem objetivos educacionais. Dentro do brinquedo, orientando-o, o professor deve saber aonde chegar, o que desenvolver. Pode-se pensar em habilidades motoras como corridas, saltos, giros, ou em habilidades perceptivas, como noções de tempo e espaço, a manipulação fina de objetos. Em outros momentos pode-se colocar ênfase no trabalho para desenvolver noções lógicas e com trabalho de grupo, como forma de desenvolver a cooperação. Por isso faz-se necessário, não escolher de qualquer forma, indiscriminadamente, qualquer atividade para as aulas de educação física. As atividades devem ser escolhidas segundo o objetivo que se pretende alcançar e também porque o professor é capaz de compreender os efeitos dessas atividades de forma variada, a criança poderá acrescentar ao aprendizado algo que não foi. Dessa forma encontra-se no conceito de zona de desenvolvimento proximal, que seria a próxima zona de desenvolvimento, que a criança vai atingir cabendo ao professor facilitar o seu acesso (SOARES, 2009, p.29).

Diante do exposto pela autora, pode-se compreender que, para o professor trabalhar o jogo nas aulas de educação física; ele deve construir um projeto para que o jogo possa contribuir significativamente de uma forma positiva para trazer benefícios para a criança com o desenvolvimento de suas habilidades motoras finas, temporal, espacial e global. O professor deve promover jogos, brincadeiras e jogos cooperativos para que as crianças possam trabalhar em grupos ou em equipes para que elas possam interagir umas com as outras. Assim, contribuiu-se para o convívio social e a afetividade entre os envolvidos. O professor também oferece atividades para que as crianças desenvolvam o seu raciocínio. O professor nas aulas de educação física deve sempre ter em mente que os jogos brinquedos e brincadeira têm seu objetivo para a aprendizagem e o desenvolvimento dessas crianças.

Desse modo, Malta (2012) aponta para uma realidade educacional permeada pelo simbolismo e pela ludicidade que se converterá em mecanismo de aprendizagem capazes de ressignificar as práticas em sala de aula:

Fazendo com que os jogos e brincadeiras para a criança se tornem real, valorizando a criatividade e a liberdade de expressão, sendo de vital importância para o desenvolvimento físico e mental. O lúdico ajuda na construção do seu conhecimento, na socialização, englobando todos os aspectos, tanto cognitivos, quanto afetivos melhorando a autoestima e os conhecimentos concretos, trazendo uma formação e uma auto aprendizagem de forma ampla, buscando diversificar experiências onde possam expressar sentimentos, adquirir conhecimentos e promover o desenvolvimento psicomotor nas crianças na educação infantil (MALTA, 2012, p.11).

Logo, percebe-se que, diante da ideia da autora, os jogos e brincadeiras adquirem uma fundamental importância para a criança, pois auxilia tanto para o desenvolvimento físico como o mental. Desse modo, desenvolve-se na criança uma aprendizagem prazerosa, o que contribui para um conhecimento global em que a criança tem total liberdade de expressar seus sentimentos e sua ludicidade.

A respeito da ludicidade e sobre o ato de se brincar para aprender, Dallabona e Mendes corroboram o que exposto anteriormente assim:

Brincando, o sujeito aumenta sua independência, estimula sua sensibilidade visual e auditiva, valoriza sua cultura popular, desenvolve habilidades motoras, exercita sua imaginação, sua criatividade, socializa-se, interage, reequilibra-se, recicla suas emoções, suas necessidades de conhecer e reinventar e, assim, constrói seus conhecimentos (DALLABONA; MENDES, 2004, p.108).

Segundo o exposto das autoras, compreende-se que brincando as crianças aprendem a valorizar a cultura do meio em que estão inseridas. Através das brincadeiras, as crianças aprimoram sentidos fundamentais para a vida como audição, visão, suas aptidões motoras que são de extrema importância para a mesma. E também promove o desenvolvimento da criatividade e imaginação, criando laços afetivos entre as crianças. Em conjunto, elas aprendem a lidar e a controlar suas emoções e sentimentos; contribuindo para a organização do seu aprendizado.

Em função dessas desse brincar para aprender, defendido pelas autoras acima citada, Bueno acrescenta que são nas brincadeiras que as relações de simbologia começam a fazer sentido da seguinte maneira:

Acreditamos que é brincando que a criança começa a se relacionar com as pessoas, que ela descobre o mundo, se desenvolve com o que ela aprendeu, a criança desenvolve com mais saúde, elimina o estresse, aumenta a criatividade e a sensibilidade, estimula a sociabilidade. Brincar é um dos alimentos mais importantes da infância. Brincar é a atividade que permite que a criança desenvolva, desde os primeiros anos de vida, todo potencial que tem. Por fim, acredita-se que é a brincadeira que faz a criança ser criança (BUENO, 2010, p. 22).

Desse modo, é através das brincadeiras que a criança cria laços com outros indivíduos e também faz novas descobertas. As brincadeiras nas aulas permitem que a criança aprimore o seu aprendizado mais facilmente, livrando-as do estresse contribuindo para uma boa saúde mental e corporal. As brincadeiras são de fundamental importância para a criança desde seus primeiros anos de vida, pois as brincadeiras fazem parte da essência infantil e contribuem para o seu desenvolvimento global.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar a importância dos jogos, das brincadeiras e, também, da Educação Física na educação infantil. Por isso, está dividido em duas partes sendo que a primeira é a importância da Educação Física na educação infantil e a segunda é a importância dos jogos e brincadeiras na educação infantil.

3.1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A cultura da identidade infantil de uma criança é construída através do modo como ele se movimenta, pensa, brinca, fala, joga e escuta. Situações essas que serão geradas através do convívio familiar e social, assim o corpo da criança irá possibilitá-lo a aprender, a se expressar, a se relacionar, por meio de movimentos que ele irá formar através do tempo e se relacionando com o mundo em que vive.

Existem vários tipos de movimentar, de pensar, de jogar, de falar e de escutar que será diferente para cada criança, assim, conseguindo se expressar. Por meio do seu cotidiano elas conseguem aprender diversas linguagens corporais e o convívio familiar gera sua cultura e identidade infantil. De acordo com Basei (2008), o corpo da criança será o meio de expressão através do movimento. Assim, ela irá aprender e descobrir o mundo, se relacionando com outros e com o meio que ela vive.

Ideário este corroborado pelas palavras de Souza:

Compreendemos, então, que a Educação Física tem um papel fundamental na Educação Infantil, pela possibilidade de proporcionar às crianças uma diversidade de experiências através de situações nas quais elas possam criar, inventar, descobrir movimentos novos, reelaborar conceitos e ideias sobre o movimento e suas ações (Souza, 2013, p. 15).

Portanto, a Educação física será de suma importância na educação infantil, pois consegue atribuir diversas experiências, fazendo com que as crianças consigam criar, inventar, descobrir novos movimentos; gerando um autoconhecimento corporal para recriar a noção sobre movimento e suas ações.

E, sobre esse papel de destaque da educação física no ensino infantil, Kishimoto entende assim:

A educação física ocupa lugar importante entre as diferentes atividades inovadoras propostas às crianças nas creches e pré-escolas. Tais práticas procuram oportunizar o desenvolvimento corporal, competências motrizes sem exigência de performances, oferecendo oportunidades para experiências variadas, autonomia, segurança e domínio corporal (KISHIMOTO, 1996, p. 74).

Desse modo, percebe-se que a Educação Física tem um papel muito articulador nas creches e pré-escolas por ser uma atividade inovadora. Práticas essas que tornam oportuno o desenvolvimento corporal, tendo em vista o domínio corporal, através do fazer o movimento sem nenhuma imposição da performance, proporcionando experiências variadas, autonomia e segurança.

A respeito da capacidade transformadora da educação física, Fermino afirma que:

A Educação Física vem se transformando, não de uma forma isolada, mas trabalhando o corpo e a mente, buscando colocar o homem em equilíbrio com a natureza e consigo mesmo. A Educação Física na Educação Infantil traz mudanças e melhorias para a educação (FERMINO, 2012, p. 6).

Assim, percebe-se que a Educação Física na Educação Infantil gera grandes mudanças e melhorias para a educação, sendo que ela conseguiu sofrer algumas mudanças através dos tempos. Hoje em dia, ela não trabalha somente o corpo, mas sim o corpo e a mente, fazendo com que o homem esteja bem consigo mesmo e com o mundo ao seu redor.

Dentro dessa perspectiva, a Educação Física tem um papel de imensurável importância na educação infantil, visto que os conteúdos serão trabalhados de uma forma prazerosa por meio de atividades diferenciadas. Dessa forma, cria-se um ambiente favorável à aprendizagem auxiliando no desenvolvimento motor, cognitivo social e afetivo, assim propiciando um o crescimento integral da criança.

Por meio das atividades da Educação Física, o âmbito escolar será mais prazeroso para o aprendizado das crianças, com isso gerando um ambiente auspicioso à aprendizagem. Não se pode esquecer que, segundo Silva (2017), as atividades físicas irão auxiliar no desenvolvimento cognitivo, motor, social e

afetivo, ou seja, o desenvolvimento integral da criança. Sendo assim, a Educação Física tem uma grande importância no ensino infantil.

Aprofundando a visão de Silva, outro autor, Fermino, entende assim a educação física como elemento articulador entre os conhecimentos:

A Educação Física junto com o professor tem um importante papel no desenvolvimento de habilidades motoras básicas, o professor serve como mediador das atividades ele planeja, orienta e organiza o espaço de forma a estimular a curiosidade da criança, fazendo com que ela tenha autonomia e confiança em suas atitudes através da exploração e experimentação dos movimentos (FERMINO, 2012, p. 6).

A educação física gera uma grande evolução nas habilidades motoras básicas das crianças. O professor se torna o mediador das atividades, planejando os exercícios, orientando os alunos e organizando o espaço para influenciar as curiosidades das crianças. Assim, forma-se um ambiente de ajuda na criação de sua autonomia e confiança em si mesmo em função da experiência de movimentar-se.

Através da construção do conhecimento; as crianças utilizam de vários tipos de linguagem, sendo capazes de produzir suas próprias ideias e condição original para aprender determinado tipo de assunto. Segundo Kishimoto (1996), este vasto conhecimento oferecido de forma instrumental às crianças criará condições para, com efeito, gerar um grande trabalho de criação, significação e ressignificação desses saberes.

Portanto, no processo de construção do conhecimento, Souza (2013) atenta para o fato de que as crianças usam as mais diferentes linguagens e exercem sua capacidade de terem ideias e suposições únicas na busca de conhecimento. O conhecimento construído pelas crianças é resultado de um trabalho árduo de criação, significado e reestruturação. Sobre o movimento da criança, Malta entende que:

A criança precisa do movimento para o seu desenvolvimento motor, fisiológico e o lado socioafetivo e, para isso, tem que ter uma aprendizagem significativa para sua formação, como um indivíduo autônomo e capaz (MALTA, 2012, p. 7).

Para que a criança tenha um desenvolvimento motor, fisiológico e sócio afetivo; é necessário que ela se movimente, para tanto; é preciso que tenha uma aprendizagem considerável para sua formação, como uma pessoa independente e apta.

É importante evidenciar que o corpo fala, cria e aprende através de movimentos. Apresentando-se através de gestos, com vários sentidos e intencionalidades. Contudo, por várias ocasiões que geraram uma grande demanda de coibição, os indivíduos deixaram de perceber seus corpos, seus desejos e suas vontades expressadas no movimentar-se.

Portanto, reafirmando essas ideias, Basei (2008) reflete que: é importante enfatizar que o corpo fala, cria e aprende através do movimento. Expressando-se através de gestos ricos de significados e de intencionalidades. No entanto, devido ao histórico de rejeição, os sujeitos não foram capazes de perceber seus próprios corpos, desejos e vontades expressos no movimento humano. Como se pode perceber pelas palavras de Souza:

Dessa forma, essa área do conhecimento poderá contribuir para a efetivação de um programa de Educação Infantil, comprometido com os processos de desenvolvimento da criança e com a formação de sujeitos emancipados (SOUZA, 2013, p. 16).

Entende-se que a Educação Física será de uma grande importância para agregar novas formas de conhecimento; integrando e formando um novo programa de educação infantil. Sendo exímia auxiliadora nos processos de evolução da criança, fazendo com que se tornem pessoas autônomas. E sobre esses aspectos de autonomia em termos educacionais, Basei afirma que:

As manifestações corporais nas práticas pedagógicas da Educação Física foram influenciadas pela visão dualista e racional, que se sustentaram na concepção positivista, e acabaram fundamentando todo o pensamento moderno, principalmente, a instituição escolar. Este pensamento, que na modernidade assumiu a forma do dualismo cartesiano, separa o sujeito do seu corpo, privilegiando as experiências cognitivas e desconsiderou o corpo como elemento fundamental do processo de produção de conhecimento. Assim, todas as manifestações ligadas ao corpo e sua expressão por meio do movimento tornaram-se inconvenientes, passando a serem reprimidas [...]. Ou então, na melhor das hipóteses, tem sido orientada em uma razão instrumental, que tenta tornar o movimento humano mais econômico e eficiente para atingir determinados objetivos, atrelando-se somente a resultados técnicos. Essa forma de trabalhar com o movimento humano pressupõe um movimento 'correto' que serve de parâmetro, sendo a otimização o seu principal interesse (BASEI, 2008, p. 6).

As manifestações rítmicas na práxis pedagógica da Educação Física foram influenciadas diretamente pela visão dualista e racional, sendo amparadas num pensamento positivista, o qual serviu de base para todo pensamento

moderno e, por consequência, fazendo com que a instituição escolar também sofresse esta influência.

Essa ideia assume a forma do dualismo cartesiano no sentido moderno, separando o sujeito de seu corpo, favorecendo a experiência cognitiva e ignorando o corpo como elemento básico do processo de produção do conhecimento. Portanto, todas as formas de expressão relacionadas ao corpo e suas manifestações através do movimento tornam-se impertinentes e começam a ser contidas.

Em outra possibilidade, para Kishimoto (1996), essas formas de expressão têm sido influenciadas pela ideia de que o ser humano possa se adaptar ao meio tentando e satisfazer suas necessidades, criando uma visão reducionista de que o movimento humano seja menor e mais eficaz, procurando atingir um objetivo específico. Essa maneira de aperfeiçoar o movimento humano imagina-se como uma mobilidade “correta”, servindo de parâmetro e sendo o desenvolvimento o seu principal interesse.

A Educação Física juntamente com a Educação infantil não tem por único papel a recreação. Nessa fase da vida, é necessário que se pense no desenvolvimento social dela, por isso, a Educação Física com suas práticas pedagógicas contribui diretamente no aprimoramento social da criança.

De acordo com Firmino (2012), é importante se observar os conceitos-chaves da Educação Física presentes na educação infantil, para que não seja valorizada apenas como recreação. Nesta fase da vida das crianças, precisa-se considerar o desenvolvimento social delas.

Nesse sentido, aprofundando o ideário de Firmino, Kishimoto afirma que:

A Educação Física não se confunde com o jogo esportivo, porque o inclui, sendo seus objetivos a formação e a competição. São, portanto, atividades diferentes com propósitos distintos. O jogo infantil entendido como brincadeira diverge do jogo esportivo. A brincadeira tem um fim em si mesma, enquanto o jogo esportivo tem como fim a vitória. O brincar não busca fins outros que o próprio brincar, o prazer de fazê-lo (KISHIMOTO, 1996, p. 70).

O jogo esportivo e a Educação Física não se confundem, mesmo que um faça parte do outro, tendo como seus objetivos a formação e a competição. Então, conseqüentemente, são atividades distintas e com finalidades diferentes. Logo, o jogo esportivo e a brincadeira infantil são consideravelmente

divergentes. O jogo esportivo busca somente a vitória, já a brincadeira tem um fim a si mesma. A única finalidade do brincar é o prazer de fazê-lo, em busca de um único fim, que é somente o próprio brincar.

Reafirmando o que pensa os dois últimos autores citados anteriormente, Silva entende a educação física como um espaço de brincar privilegiado:

Contudo o desenvolvimento da criança está intimamente ligado ao que a mesma pratica no seu dia a dia, considerando que as diferentes experiências proporcionadas pela disciplina Educação Física, no Ensino Infantil irá lhe auxiliar na construção de conhecimentos nos quais lhes serão úteis para compreensão de mundo e relação com os outros, contribuindo para seu desenvolvimento integral (SILVA, 2017, p. 25).

Para tanto o desenvolvimento da criança está profundamente ligado aos seus hábitos rotineiros, serão gerados diferentes conhecimentos através da disciplina de Educação Física na educação infantil, sendo que eles irão auxiliar a criança na compreensão de mundo, de se relacionar com o outro e colaborar para sua evolução global.

3.2. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao jogo pode-se dizer que se transforma enquanto fator social, pois cada tipo de sociedade lhe atribui imagem e sentido. Nesses termos, Souza (2013) indica que isso mostra o porquê de cada jogo ter sua particularidade em cada lugar de um país. Como, por exemplo, o arco e flechas que, hoje em dia, é um brinquedo, mas, já em tribos indígenas ele era tido como um instrumento utilizado na caça e na pesca. Em tempos passados, o jogo era dado como inútil, contudo nos tempos do Romantismo, o jogo é destinado a ensinar a criança e é tido como algo sério.

O jogo, como fato social, apropria-se da imagem e da definição que cada sociedade lhe concede. Assim, para Kishimoto (2011), esse aspecto define o motivo, a depender do lugar e da época, pelos quais os jogos são ensinados de formas diferentes. O arco e flechas utilizados pelos índios como arma de caça e pesca. Em contrapartida, hoje é usado como um brinquedo utilizado por qualquer criança. Nos tempos do Romantismo, o jogo é atribuído como algo

sério e ajuda no educar, em oposição aos antepassados; era dado como algo sem necessidade ou sem utilidade.

Sobre uma educação pelo jogo, Silva afirma que:

Através do jogo é possível que a criança tenha comunicação consigo mesmo e construa novas relações. O jogo trabalha o emocional, através do mesmo é possível à criança lidar com o fato de que se ganha ou se perde encarando isso a mesma poderá se relacionar melhor em meio a essas situações no futuro (SILVA, 2017, p. 25).

O jogo irá proporcionar à criança o ato de conseguir comunicar-se consigo mesma e com o outro, conseguindo formar novos vínculos. O jogo irá direcionar a criança a aprender lidar com seu emocional, fazendo com que ela forme pensamentos sobre o ganhar e perder, assim, melhorando sua interação com o meio e situações que poderão ocorrer futuramente.

Assim, percebe-se que, utilizando a imaginação, é que a criança irá começar a desenvolver sua concepção motora, cognitiva e, principalmente, afetiva. Com isso ela irá conseguir expressar sentimentos, emoções e melhorar sua natureza social.

Por meio do mundo imaginário, segundo Malta (2012), a criança começa a aprimorar seu aspecto motor, cognitivo e especialmente o afetivo. Sendo assim, ela conseguirá demonstrar suas emoções e sentimentos, sendo que isso a tornará mais sociável.

Aprofundando os conceitos de Malta, os ensinamentos de Kishimoto apontam para uma realidade simbólica mais profunda e complexa:

O brinquedo, objeto cultural que carrega a cultura e a técnica de um povo, traz para a criança a oportunidade de brincar, é suporte de brincadeira. Nas mãos de um pequeno, desde que presente a dimensão lúdica, o prazer de brincar, a ação intencional e volitiva do ser que brinca, qualquer objeto vira brinquedo. O ato que denominamos brincadeira materializa-se em ações analógicas, configurando-se nas situações imaginárias. Em qualquer brincadeira, o ser brincante distingue a realidade da fantasia, materializa seus projetos, ideias e desejos, relaciona-se com parceiros. Enfim, o brincar, por sua natureza livre, desvinculada de finalidades outras que o prazer em si da brincadeira, propicia ao ser humano flexibilidade, criatividade e autonomia (KISHIMOTO, 1996, p. 70).

Com isso percebe-se que o brinquedo, que é um objeto gerado da cultura e da técnica de um povo, faz com que a criança consiga brincar e é direcionado à brincadeira. Nas mãos de uma criança, some-se a esse cenário

uma ludicidade latente, a ação proposital e de desejo do pequeno que brinca com qualquer tipo de objeto; tudo pode se tornar um brinquedo.

A brincadeira está intimamente ligada ao imaginário, materializando-se em ações analógicas. Na brincadeira, a criança que brinca cria tudo que irá acontecer ao seu redor e com seus parceiros. A brincadeira proporciona ao ser criatividade, independência e criatividade, sempre que for de natureza livre buscando somente o prazer de brincar e com a finalidade em si mesma.

Nesses termos, Malta (2012) entende que o brincar exige comprometimento e participação total do indivíduo, sendo que para brincar não será necessariamente obrigatório o uso de brinquedo, tendo em vista somente uma forma de desenvolver a capacidade, ficar ativo e comprometido. Assim, é proporcionado divertimento a quem brinca, desenvolvimento da criatividade, na intelectualidade, visando a força e o equilíbrio emocional. Ligados intimamente com a alegria e o prazer.

Ampliando as noções de Malta, Souza (2013) entende que o ato de brincar estimula a cognição das crianças de forma muito poderosa, porque todo esse ambiente que envolve o ato de brincar está imerso no que se pode chamar de ludicidade. Ou seja, a criança está cercada por um ambiente de divertimento, de alegria, de satisfação que lhe permite entregar seu máximo potencial de aprendizagem naquela brincadeira.

Em sentido contrário a Malta, outros dois teóricos, Dallabona e Mende, falam de necessidade, a saber:

A criança brinca porque brincar é uma necessidade básica, assim como a nutrição, a saúde, a habitação e a educação são vitais para o desenvolvimento do potencial infantil. Para manter o equilíbrio com o mundo, a criança necessita brincar, jogar, criar e inventar. Estas atividades lúdicas tornam-se mais significativas à medida que se desenvolve, inventando, reinventando e construindo (DALLABONA; MENDES, 2004, p. 108).

A brincadeira é uma necessidade básica de uma criança, assim como comer, se manter saudável, ter onde morar e direito a um ensino de qualidade. Aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento intelectual de uma criança. Para que a criança consiga entender o mundo, conseqüentemente, ela precisa brincar, jogar, criar e inventar. Assim, a ludicidade juntamente com essas atividades ganha um maior significado na medida em que a criança cresce, criando, recriando e fabricando.

A educação infantil e o brincar são essenciais na vida e no desenvolvimento total da criança, sendo que essa fase se torna muito importante por proporcionar atividades em grupos, porque as mesmas são impactantes para o seu desenvolvimento plural. Por isso, o professor então deverá incentivar este tipo de vivência para que eles consigam aprender a conviver em grupo e consigam efetivar uma boa socialização.

Fermino (2012) partilha que a brincadeira é algo fundamental na vida das crianças e a educação infantil proporciona a evolução delas, sendo essa fase muito importante para conseguir interagir nas atividades em grupos. Sendo assim, o professor então deve sempre estimular a vivência de atividades com o outro, ajudando-os na socialização e no melhor convívio em grupo.

Ampliando as ideias de Fermino, Malta defende que:

Ao brincar, soltando sua imaginação a criança está desenvolvendo seu raciocínio lógico ao resolver alguma situação conflitante surgida no momento. Desse modo ao correr, saltar, brincar ou mesmo se movimentar está desenvolvendo sua identidade, sua formação como indivíduo sociocultural, se identificando com o ambiente que faz parte, sua cultura (MALTA, 2012).

Então a criança, brincando e libertando sua imaginação, estará aprimorando seu raciocínio lógico, tentando resolver uma situação de conflito gerada em um determinado momento. Sendo assim, ao praticar atividades cotidianas como correr, saltar, brincar ou somente se movimentar estará ampliando sua identidade e praticando a empatia com outros indivíduos socioculturais, envolvendo-se com o mundo do que ela faz parte, formando assim sua cultura.

As práticas pedagógicas utilizadas na Educação física devem visar a ludicidade e atividades motivadoras, conseguindo atrair as crianças que gostam de brincar.

É nesse sentido que o autor, Fermino (2012), entende que as conquistas das crianças são fruto do fato de gostarem de brincar. Por isso, são necessárias atividades motivadoras através da ludicidade, assim elas cada vez mais gostando das práticas pedagógicas da Educação Física.

Para Dallabona e Mendes, os sujeitos se formam assim:

Brincando, o sujeito aumenta sua independência, estimula sua sensibilidade visual e auditiva, valoriza sua cultura popular, desenvolve habilidades motoras, exercita sua imaginação, sua criatividade,

socializa-se, interage, reequilibra-se, recicla suas emoções, sua necessidade de conhecer e reinventar e, assim, constrói seus conhecimentos (DALLABONA; MENDES, 2004, p. 108).

É através do ato de brincar que o sujeito encontrará sua independência, estimulará sua sensibilidade visual e auditiva, internalizando valores de sua cultura popular, aperfeiçoando suas habilidades motoras, trabalhando a imaginação, a criatividade. Desse modo, consegue socializar melhor, interagindo com maior facilidade, reequilibra-se, curva suas emoções, sua imprescindibilidade de conhecer e reinventar e, assim, conseguindo construir seus conhecimentos.

Corroborando com essas idéias, Souza afirma que:

Brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contratos sociais, compreende o meio, satisfaz desejos, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade. As integrações que o brincar e o jogo oportunizam e favorecem a superação do egocentrismo, desenvolvendo a solidariedade e a empatia, e introduzem, especialmente no compartilhamento de jogos e brinquedos (SOUZA, 2013, p. 18).

Dentro dessa perspectiva, a brincadeira gera aprendizado, pois brincando a criança consegue desenvolver pensamentos, trabalha seu raciocínio e o melhoram cada vez mais, sendo capaz de desenvolver habilidades, de se socializar, satisfazer desejos, adquirir conhecimentos e ser criativo. É através do jogo e da brincadeira que a criança abandona a ideia do individualismo. Pois, conseguir se colocar no lugar do outro e melhorar sua solidariedade, isso chama-se de empatia. O que é totalmente introduzido no compartilhamento de jogos e brinquedos.

Por isso, Malta aponta que:

Ao brincar a criança desenvolve suas habilidades motoras, como a coordenação, o equilíbrio, a agilidade, noções de espaço, espaço temporal, lateralidade, etc., seu aspecto cognitivo como a grafia, a leitura (com contos e histórias imaginárias), o raciocínio lógico, a atenção, percepção, o seu lado imaginário e, além do socioafetivo, sabendo conviver com outras crianças, a partilhar, a demonstrar sentimentos de carinho (MALTA, 2012, p. 8).

Diante do exposto, percebe-se que, por meio da brincadeira, é que a criança consegue melhorar suas habilidades motoras, equilíbrio, lateralidade, noção de espaço e espaço temporal, entre outras. Melhora também seu aspecto cognitivo como a grafia, o raciocínio lógico, a leitura diante de história

imaginárias e contos, a atenção, a percepção, o lado socioafetivo conseguindo expressar seus sentimentos, conseguindo conviver melhor em grupo e fortalece também a sua imaginação.

Sendo assim, Souza assente que:

A brincadeira para a criança não representa o mesmo que o jogo e o divertimento para o adulto, recreação, ocupação do tempo livre, afastamento da realidade. Brincar não é ficar sem fazer nada, como pensam alguns adultos, é necessário estar atento a esse caráter sério do ato de brincar, pois, esse é o seu trabalho, atividade através da qual ela desenvolve potencialidades, descobre papéis sociais, limites, experimenta novas habilidades, forma um novo conceito de si mesma, aprende a viver e avança para novas etapas (SOUZA, 2013, p.18).

A brincadeira, que as crianças praticam, não têm a mesma representação do que os jogos praticados pelos adultos. Para o adulto; o jogo significa se afastar da realidade, recreação ou até ocupação do tempo livre, mas para a criança o brincar não é ficar sem fazer nada, pois para elas a brincadeira tem um caráter sério, porque é através dessas atividades que a criança irá conseguir desenvolver suas potencialidades, descobrir seus papéis sociais, atentar-se ao limites de até onde ela pode ir, formará um novo conceito de si mesma, conseguirá entender o porquê do viver e experimentando vivências que poderão gerar habilidades novas para elas.

A criança conseguirá desenvolver seu mundo imaginário através de atividades e jogos lúdicos. Assim, sua imaginação e ideias serão bastante estimulados obtendo o mundo de faz de conta, agregando-se a cultura onde ela está inserida conseguindo expressar suas emoções e sentimentos.

É por meio das atividades e jogos lúdicos que as crianças conseguem criar e recriar seu mundo subjetivo, utilizando sua imaginação e ideias. De acordo com Malta (2012), uma criança preenche seu mundo imaginário com seu dia a dia, envolvendo-se ao conhecimento cultural ao que faz parte, conseguindo expressar suas emoções de afetividade.

Sobre a capacidade de brincar, Dallabona e Mendes aprofundam as ideias de Malta ao dizerem que:

A capacidade de brincar possibilita às crianças um espaço para resolução dos problemas que as rodeiam. A literatura especializada no crescimento e no desenvolvimento infantil considera que o ato de brincar é mais que a simples satisfação de desejos. O brincar é o fazer em si, um fazer que requer tempo e espaço próprios; um fazer que se constitui de experiências culturais, que são universais, e próprio da

saúde porque facilita o crescimento, conduz aos relacionamentos grupais, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo e com os outros (DALLABONA; MENDES, 2004, p. 109).

Assim, percebe-se que o brincar gera às crianças um ambiente no qual ela conseguirá resolver problemas. Por isso, os estudos consideram que o brincar nada mais é que o contentamento mais simples do desejo. A brincadeira requer um espaço único e um tempo para conseguir fazê-la, sendo que o fazer constrói experiências culturais, que são universais. Há um ambiente que ajuda na saúde por facilitar o crescimento, conduzindo a melhoria da socialização, podendo ser uma forma de comunicar consigo mesmo e com o outro.

Sobre o brincar como forma de aprendizagem, Souza esclarece que:

Brincar se constitui no mais alto nível de desenvolvimento e, somente nessa dimensão a brincadeira pode ser considerada uma atividade condutora que determina o desenvolvimento da criança.

Brincar é conhecer e isso se dá quando a criança se diverte, cria, faz, desfaz e recria suas próprias ações, como um ser único capaz de produzir culturalmente. Quando a criança brinca, busca respostas para a compreensão do mundo, nesse brincar, ela imagina, inventa novas formas de enxergar o seu meio social constatado num mundo de sonhos e desejos (SOUZA, 2013, p. 19).

Por fim, percebe-se que o brincar constrói-se através de um grande nível de desenvolvimento. Sendo que, somente desse modo, a brincadeira pode ser considerada uma atividade que gera desenvolvimento à criança. É através do brincar que se conhece e isso só acontece quando a criança se diverte, cria, faz, desfaz e recria suas atitudes, para que seja o ser único e capaz de produzir culturalmente. Com a brincadeira a criança busca respostas para compreender o mundo. Na brincadeira ele consegue imaginar, inventar novos meios de observar o meio social onde está inserido verificado no mundo de sonhos e desejos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, acredita-se ser oportuno que uma pesquisa científica não basta em si mesma, porque na verdade ela lança luzes em novos conhecimentos, novas formas de pensar, novas maneiras de analisar etc; assim as contribuições para futuros estudos estão satisfeitas à medida que ficaram claras as perspectivas de análise e o caminho que se queria trilhar.

Sendo assim, Kishimoto (2016) concebe a educação física como ambiente privilegiado para que o educando possa se desenvolver de maneira mais ampla possível. Ou seja, as práticas físicas, quando bem direcionadas, podem dinamizar o processo de ensino/aprendizagem, porque uma educação pelo corpo coloca o aluno como centro do processo de aprendizagem.

O que, por sua vez, tem muito a ver com o ideário de Anjos (2013) e com sua defesa de que uma educação pelo corpo e para o corpo pode mobilizar mecanismos de aprendizagem que a escola tradicional ainda não deu conta de se valer. Isto é, é preciso abandonar noções antigas de que a aprendizagem só ocorre com absoluto silêncio, com os alunos parados, praticamente imóveis.

Dentro dessa perspectiva, encontram-se outros autores como, por exemplo, Fortuna (2004), Silva (2014), Oliveira (2011) e Huizinga (2014); cada uma à sua maneira, mas mostrando as necessidades atuais de repensar os moldes atuais de educação. Isto é, as pesquisas científicas trazem novas formas de se ensinar e, por consequência, poderiam nortear e reformular muitas práticas em sala de aula.

Assim, as aulas práticas da educação física convertem-se num terreno muito fértil, no qual a ludicidade assume contornos de imprescindível valor. Ou seja, Torres (2011) entende que a questão lúdica é um elemento humanizador das práticas de ensino.

Desse modo, tanto aluno quanto professor tornam-se parceiros no processo de ensino aprendizagem. E o educando assume um papel ativo em termos de conhecimento e aprendizagem, porque com práticas mais humanizadas os instrumentos de diálogos serão ampliados, fortificados e mais flexíveis em termos de dinâmica mesmo.

Dentro do ambiente escolar, segundo Bueno (2010), o professor mediador com práticas voltadas para elaboração de um ambiente lúdico cria

condições ideais para a expressão da subjetividade das crianças e a prática da empatia enquanto noções de convívio sócio-cultural. A expressão das emoções ajuda a consolidar inúmeros processos de cognição ao longo da vida.

Ainda dentro das questões escolares, Bujes (2001) assinala que o mecanismo de ensino, quando associado à ludicidade latente nas crianças, conforma-se como espaço ideal para práticas de cidadania. E, nesse contexto, o exercício da empatia torna-se algo primordial nesse momento inicial de aprendizagem.

Sobre a necessidade de práticas lúdicas em sala de aula, Dallabona e Mendes (2004) apontam para a seguinte realidade: sua importância e necessidade são tamanhas que, seu não uso ou aproveitamento nas escolas, apenas o aluno será o maior prejudicado, tendo em vista a enorme gama de assuntos, informações, comportamentos, valores que serão deixados de serem ensinados aos educandos.

Na verdade, hoje se fala muito em educação pelo corpo e pelo movimento. Ou seja, indo na contramão de práticas já antigas de ensino, os mecanismos vivenciais de aprendizagem ganharam maior relevância, porque ensinam por meio da experimentação.

Nesse sentido, Fermino (2012) assinala a educação física como matéria com maiores possibilidades de execução, tendo em vista seu campo de atuação e didática de trabalho com os educandos. Assim, tem-se a visão de uma educação física voltada para o desenvolvimento integral do educando.

Também não se pode esquecer que, na atualidade, o processo educacional é altamente dinâmico. Ou seja, a aprendizagem pode ocorrer num ambiente de intensas e várias interações, revelando algo de valor único na educação – a alteridade.

Isto quer dizer que um aluno aprende na medida em que interage com outro aluno. Ou seja, tem-se uma visão de aprendizagem compartilhada altamente dinâmica, porque assim assemelha-se, mas com o estilo de vida que a maioria das famílias tem em casa.

Por fim, acredita-se que o sucesso de um futuro estudante está intimamente relacionado com o que foi aprendido nos primeiros passos na escola. A educação ainda pode transformar vidas e histórias; pra melhor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação Infantil: Discurso, Legislação e Práticas Institucionais**: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ANJOS, Jairo Alves dos. **A importância das Atividades Lúdicas nas Aulas de Educação Física no Processo Ensino Aprendizagem**. 2013. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (tcc) - Universidade de Brasília-Pólo Ariquemes-RO.

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e Formação de Professores: Para Além de Separação Cuidar-Educar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BASEI, Andréia Paula. **A Educação Física na Educação Infantil: A Importância do Movimentar-se e suas Contribuições no Desenvolvimento da Criança**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?Codigo=2730353>. Acessado em 21 de novembro de 2019, as 18:00.

BICALHO, Chaiton Washington Cardoso. **Brincadeiras infantis e suas implicações na construção de identidades de gêneros**. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/117>. Acesso em 24 de abril de 2020, às 21:00.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília 04 de jun.1988. Disponível em: www.senado.leg.br. Acessado em 10 novembro de 2019, as 23:00.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. LEI FEDERAL nº8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br>. Acessado em 11 novembro de 2019, as 18:00.

_____. LEI.9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 20 de dez.1996**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br>. Acessado em 11 de novembro de 2019, as 10:00.

_____. **Ministério da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica: Resolução nº2, de 9 de outubro de 2018**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br>. Acessado em 11 de novembro de 2019, as 14:00.

_____. **Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/ Secretaria de Educação Básica**. -Brasília: MEC, SEB,2010. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br>. Acessado em 10 de novembro de 2019, as 09:00.

BUENO, Elizangela. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil: Ensinando de forma Lúdica**. 2010. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (tcc) Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2010%20ELIZANGELA%20BUENO.pdf>. Acessado em 10 de novembro de 2019, as 09:00.

BUENO, Regina; et al. **O lúdico no processo pedagógico da educação infantil: importante, porém ausente**. Revista Movimento, São Paulo, núm.2, pág.131-152, maio-agosto, 2007.

BUJES, Isabel Edeweiss. Escola Infantil: Pra que te quero? In CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (Orgs.). **Educação Infantil: Pra que te quero?** São Paulo: Artmed Editora, 2001. p. 13-22.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schmitt. **O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1311627172.pdf. Acessado em 25 de Abril de 2020, às 09:00.

FERMINO, Neiva. **As aulas de educação física na educação infantil da cidade de Jaboticabal**. 2012. 55 f. Trabalho de conclusão de curso (TCC)_ universidade de Brasília Faculdade de educação física curso de licenciatura em educação física universidade aberta do Brasil- polo Barretos, São Paulo, 2012.

FORTUNA, Tânia Ramos. Vida e morte do brincar. In: ÁVILA, I.S. (org.) **Escola e sala de aula: mitos e ritos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-59.

GUIMARÃES, Ana Carolina Carneiro da Silva. **A importância do lúdico nas séries iniciais: O jogo e a brincadeira como elementos didáticos das aulas de Educação Física**. 2014. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)- Universidade de Brasília de Educação Física curso de licenciatura em Educação Física Universidade Polo Aberta do Brasil- Polo, Brasília, 2014.

HERMIDA, Jorge Fernando. **O Jogo Simbólico na Primeira Infância**. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, n.1, p.176-192, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/Jogo-simbolico-na-primeira-infancia.pdf. Acessado em 25 de abril de 2020, às 08:40.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brincadeira e Educação Física na pré-escola**. Motrivivência - Revista de Educação Física, esporte e lazer da UFSC. Santa Catarina, n. 09, p. 67-77, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5656>. Acessado em 25 de abril de 2020, às 08:40.

_____ (org). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. **O jogo e a educação infantil**. Ed. Com. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?Codigo=2730353>. Acessado em 21 de março de 2020, às 15:48.

MALTA, Núbia de Fátima. **A Importância da Educação Física no Ensino Infantil na Cidade de Barretos S.P.** 2012. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Universidade de Brasília – Pólo Barretos SP – Barretos SP, 2012.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Atividades Lúdicas Para Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MANSUR, Kátia Valviesse. Proposta Curricular: Ação De Uma Equipe. In. KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela. (Orgs). **Educação Infantil**. São Paulo: Papyrus Editora, 2014. p. 225-242.

MUNIZ, Luciana. Naturalmente Criança: A Educação Infantil De Uma Perspectiva Sociocultural. In. KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela. (Orgs). **Educação Infantil**. São Paulo: Papyrus Editora, 2014. p. 243- 268.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. **O processo histórico da educação infantil no Brasil: educação ou assistência**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf. Acessado em 10 de novembro de 2020, às 23:00.

OLIVEIRA, Keylla Kelvin Gomes de. **Educação Infantil: Uma Abordagem Sobre Gênero e Sexualidade**. 2014. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (tcc) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, 2014.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ORÍCIO, Marislene de Souza. TRIGO, Ricardo Wagner de Mendonça. **A ludicidade de sua relação com a Educação Física infantil**. Conexão. Formigas – Minas Gerais, nº 2,116-124, 2012. <http://educandocomaludicidade.comunidades.net/a-ludicidade-e-sua-relacao-com-a-educacao-fisica-i>. Acessado em 24 de abril de 2020, às 16:00.

SALOMÃO Hérica Aparecida Souza; MARTINI Marilaine. **A importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado**. 2007. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) –

Faculdade Integradas de Cacoal- UNESC/RO. Rondônia, 2007. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2020, as 10:00.

SANT'ANNA, Alexandre Nascimento; NASCIMENTO, Paulo Roberto. **A história do lúdico na educação**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/z/index.php/reumat/article/viewFile/1981-1322.2011v6n2p19/21784#:~:text=Na%20hist%C3%B3ria%20antiga%20h%C3%A1%20relatos,do%20l%C3%ADco%20segiu%20tal%20concep%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 24 de abril de 2020, às 21:00.

SILVA, Iolanda Fernanda de Almeida. **A ludicidade no processo de ensino aprendizagem da educação física no ensino infantil: uma revisão da literatura**. 2017. 64 f. Trabalho de conclusão de curso (tcc) - Universidade Federal de Pernambuco - Vitória de Santo Antão. Pernambuco, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23751>. Acessado em 21 de maio de 2020, as 23:00.

SILVA, Simone Oliveira de Andrade. **A Educação Infantil no Brasil Desenvolvimento e Desafios ao Longo da história**. São Paulo – Caderno Cenpec. São Paulo, n. 1, p.16-35, jun.2014. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/280>. Acessado em 10 de novembro de 2020, as 17:00.

SOARES, Adriana Lúcia de Oliveira. **O jogo não é brincadeira**. 2009. 60 f. Trabalho de Pós-Graduação. Universidade Cândido Mendes, Niterói-SP, 2009. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N202415.pdf. Acessado em 25 de Abril de 2020, as 16:30.

SOARES, Jeane Martins. **A importância do lúdico na alfabetização infantil**. Disponível em: <http://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/diario/ARTIGO%20JIANE%20JOGO1.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2020, as 21:00.

SOUZA, Gilvania Maira de. **Educação Física Infantil: A Importância De Jogos E Brincadeiras Em Uma Escola Pública De Planaltina – Go**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Universidade de Brasília – Polo de Alto Paraíso – Go – Alto Paraíso de Goiás. Acesso em: 13 nov. 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6881/1/2013_GilvaniaMairaDeSouza.pdf. Acessado em 13 de novembro de 2020, as 12:00.

TEIXEIRA, Héliça Carla. **A Importância do Brincar no Contexto da Educação Infantil: Creche e Pré-escola**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro SP. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074001.pdf>. Acessado em 10 de janeiro de 2020, as 16:23.

TORRES, Christiane Torloni Lopes da Silva. **O lúdico e a arte como meios facilitadores no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos na escola regular.** 2011. Trabalho de conclusão de curso. (Especialização). Universidade de Brasília-UNB. Acesso em: 25 abr. 20. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2256/1/2011_ChristianeTorloniLopesdaSilvaTorres.pdf. Acessado em 25 de abril de 2020, as 11:00.

YAOUB, Eliana. **Reflexões Sobre a Educação Física na Educação Infantil.** Revista Paulista de Educação Física, n.04, p.53 – 60, 2001. Acesso em: 13 mai. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2001.139594>. Acessado em 13 de maio de 2020, as 11:00.